



Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana

Autorizada pela Portaria Ministerial nº 552 de 22 de março de 2001 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2001.
Endereço: Rua Juracy Magalhães, 222 – Ponto Central - CEP 44.032-620
Telefax: (75) 3616-9466 - Feira de Santana-Bahia
Site: www.fat.edu.br E-mail: fat@fat.edu.br
CGC: 01.149.432/0001-21

PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO	ANO / SEMESTRE LETIVO
Direito	2015.2
CÓDIGO	DISCIPLINA
DIR242	Direito Empresarial III
CARGA HORÁRIA	SEMESTRE DE OFERTA
72h	8º

EMENTA

Instituto da Falência. Elementos Essenciais. Ação Falimentar. Legitimidade, Juízo. Requerimento da Falência. Resposta do Devedor. Sentença Denegatória e Declaratória. Recursos no Processo Falimentar. Juízo Universal. Efeitos. Obrigações. Pagamento de Credores. Encerramento. Recuperação Judicial e Extrajudicial. Inquérito Judicial. Crimes Falimentares. Empresas não sujeitas à Falência.

OBJETIVOS

Dotar o aluno discente do repertório jurídico da matéria permitindo que o mesmo operacionalize os conceitos aprendidos dentro de uma visão sistêmica da matéria. Permitir uma visão crítica do Direito Falimentar permitindo que discente se torne um operador jurídico consciente das transformações recentes porque tem passados os institutos que compõe o Direito Falimentar.

PERFIL DO EGRESSO

O perfil do profissional do Direito almejado pela Faculdade Anísio Teixeira é o de um Profissional com percepção ampla da realidade jurídico-política e social; partindo, para tanto, de elementos epistemológicos fundamentais que permitam uma visão integral do

homem, da sociedade e do mundo; onde o Direito seja entendido como parte integrante de um sistema complexo que constitui o mundo contemporâneo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

DIREITO FALIMENTAR E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

1. AS ORIGENS HISTÓRICAS DO DIREITO FALIMENTAR

1.1 A origem da expressão falência

1.2 O direito falimentar no Brasil

1.3 A evolução da legislação falimentar

2. FALÊNCIA: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA E PRESSUPOSTOS

2.1 Natureza Jurídica da falência

2.2 Pressupostos da Falência

2.2.1 Pressuposto material subjetivo: o empresário individual e a sociedade empresária

2.2.1.1 As empresas públicas e as sociedades de economia mista

2.2.1.2 Agentes econômicos excluídos do regime falimentar

2.2.2 Pressupostos material objetivo: a insolvência econômica ou real e insolvência jurídica ou presumida

2.2.2.1 Insolvência econômica ou real e insolvência jurídica ou presumida

2.2.2.2 O uso da ação de falência como meio de cobrança do devedor

2.2.2.3 Os sistemas de determinação da insolvência adotados pela Lei nº 11.101/05

2.2.2.3.1 O sistema da impontualidade

2.2.2.3.2 O sistema da enumeração legal

2.2.3 O pressuposto formal: a sentença declaratória da falência

3. PROCEDIMENTO PRÉ-FALIMENTAR

3.1 O pedido de falência

3.2 O autor do pedido de falência

3.3 O foro competente da ação falimentar

3.4 A resposta do devedor

3.5 A sentença que denega a falência

3.6 A sentença que decreta a falência

3.6.1 Natureza jurídica

3.6.2 Conteúdo específico da sentença da falência

3.6.2.1 O termo legal da falência

3.6.2.2 O poder geral de cautela do juízo falimentar

3.6.2.3 A publicidade da sentença de falência

4. O PROCESSO FALIMENTAR

4.1 A instauração do juízo universal da falência

4.1.1 O tratamento dado às execuções com atos de constrição já realizados

4.2 A atuação do juiz

4.3 A participação do Ministério Público

4.4 O administrador judicial

4.5 Assembléia-geral de credores

4.6 O comitê de credores

5. EFEITOS DA FALÊNCIA

5.1 Efeitos da falência quanto à pessoa do devedor

5.2 Efeitos da falência quanto aos bens do devedor

5.3 Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor

5.3.1 Os contratos do falido

5.3.1.1 A disciplina especial de alguns contratos

5.4 Efeitos da falência quanto aos credores do falido

5.5 Efeitos da falência quanto aos atos do falido

5.5.1 Ineficácia versus nulidade

5.5.2 Dos atos falido objetivamente ineficazes perante a massa

5.5.3 Dos atos do falido subjetivamente ineficazes perante a massa

6. O PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS

7. OS PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO

7.1 Os fundamentos dos pedidos de restituição

7.2 As hipóteses de restituição em dinheiro

7.3 O procedimento do pedido de restituição

8. A REALIZAÇÃO DO ATIVO DO DEVEDOR

8.1 Os procedimentos de venda dos bens

8.1.1 Modalidades típicas de venda

8.1.2 Modalidades atípicas de venda

8.2 A disciplina da sucessão empresarial da LRE

9. PAGAMENTO DOS CREDORES

9.1 Os créditos extracontratuais

9.2 A classificação dos créditos concursais

9.2.1 Os créditos trabalhistas e equiparados

9.2.2 Os créditos com garantia real

9.2.3 Os créditos fiscais

9.2.4 Os créditos com privilégios especiais

9.2.5 Os créditos com privilégio geral

9.2.6 Os créditos quirografários

9.2.7 As multas e penas pecuniárias

9.2.8 Os créditos subordinados

10. ENCERRAMENTO DO PROCESSO FALIMENTAR

10.1. A extinção das obrigações do devedor falido.

10.2. Requisitos

UNIDADE II

11. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

11.1 Dos requisitos para o processamento da recuperação judicial

11.2 Do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial

11.3 A apresentação do plano de recuperação judicial

11.4 Credores submetidos ao processo de recuperação judicial do devedor

11.4.1 Verificação e habilitação dos créditos

11.5 A análise do plano de recuperação pelos credores e pelo juiz

11.5.1 Da concessão da recuperação judicial com o consentimento dos credores

11.5.2 Da concessão da recuperação judicial sem o consentimento dos credores

11.5.3 A decisão que concede a recuperação judicial e seus efeitos

11.6 Da atuação da empresa em crise durante o processo de recuperação judicial

11.7 Órgão do processo de recuperação judicial

11.7.1 O administrador judicial

11.7.2 Assembleia-Geral de credores

11.7.3 O comitê de credores

11.8 O encerramento da recuperação judicial em falência

12. DA CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA

13. DO PLANO ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENA PORTE

14. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

14.1 Requisitos Legais da recuperação extrajudicial

14.2 O plano de recuperação extrajudicial

14.3 Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial

14.4 O pedido de homologação do art. 162 da LRE

14.5 O pedido de homologação do art. 163 da LRE

14.6 Procedimento do pedido de homologação

14.7 Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial

15. DIREITO PENAL FALIMENTAR

16. QUESTÕES INTERTEMPORAIS DE DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL

METODOLOGIA

Aulas expositivas/participativas, exposição dialogada; Seminários; Discussão de textos prévia e/ou em sala; Fichamento e resenha de textos previamente escolhidos; Vídeos; Produção de textos e artigos pelos alunos; Pesquisa de doutrina e jurisprudência; Análise de situações concretas da atualidade (estudo de caso), avaliações de cunho prático e mini-testes.

RECURSOS

Lousa branca; Projetor Multimídia; Microfone e caixa de som.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita através de conceitos, aproveitando-se todas as atividades desenvolvidas pelo aluno durante o semestre (provas; trabalhos individuais ou grupais; exercícios em sala de aula ou fora dela; participação do aluno nas discussões desencadeadas na sala de aula; interesse do aluno nas variadas atividades propostas; assiduidade e disciplina) que se somarão as notas adequando-se às normas institucionais que prescrevem três avaliações por semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BULGARELLI, Waldirio. Direito Comercial. São Paulo: Atlas.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.

_____. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de Direito Empresarial: o novo regime jurídico empresarial brasileiro. Bahia. Juspodivm.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WEINMANN, Amadeu de Almeida. Recuperação Empresarial: Nova Lei de Falências e Novo Direito Penal Falimentar. São Paulo: Livraria do Advogado.

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos Objetivos da Lei de Recuperação de Empresas e Falência. São Paulo, Saraiva.

NETO, Luiz Inácio Vigil Neto. Teoria Falimentar e Regimes Recuperatórios: Estudos sobre a Lei n.º 11.101/2005. Livraria do Advogado.

FILHO, Manoel Justino Ferreira. Lei de Recuperação de Empresas e Falência Comentada. São Paulo, Revista dos Tribunais.

PURIFICAÇÃO, Carlos Alberto. Recuperação de Empresas e Falência Comentada. Rio de Janeiro. Atlas.

CAMPINHO, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresas. Rio de Janeiro: Renovar.

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO